



Cenário ESG¹

Mário Rotberg*

O artigo examina aspectos dos cenários nacional e internacional, visando à formulação do cenário instrumental da Escola Superior de Guerra para um período letivo.

A formulação do presente cenário para o espaço temporal de um ano leva em conta a prática de intuições como técnica, aproveitando as considerações decorrentes da análise da conjuntura realizada, valendo-se substancialmente da sensibilidade para ocorrências de desenvolvimento que têm por suporte o rastreamento dos fatos ocorridos, sua retrospectão e suas linhas tendenciais nas diferentes áreas, regiões e países, numa correlação dinâmica do curso dos acontecimentos para o futuro.

Procura, dentro de um quadro de racionalidade, operar a criatividade no laboratório da imaginação, oferecendo, à base do conhecimento firmado, a especulação advinda das últimas manifestações na política, na economia, na ciência e tecnologia, na área psicossocial e na área militar. Visa, também, sua conformação didática, a abrir um racio-

cnio evidentemente abstrato dessa amplitude social, densamente relacionada, em que se admite a convivência com a incerteza, condição sem a qual se estaria diante de uma dedutibilidade lógico-matemática inexequível para abordagem dos fenômenos que envolvem a complexa problemática do desenvolvimento, mormente quando se considera o conjunto interativo da situação internacional e nacional, com prejuízo, portanto, de formulações alternativas não só de uma Concepção Política Nacional como, por conseqüência, da Concepção Estratégica que lhe está afeta.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Os eventos que estão desenhando a paisagem mundial deste momento indicam, por um lado, a vontade manifesta do estabele-

* Economista, Professor e Conferencista. Integra o Corpo Permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECEME.

cimento de um poder hegemônico por parte da atual maior potência militar do planeta, os Estados Unidos, que se vê obrigado à redução dos seus efetivos numéricos, concentrando sua atenção militar para um novo tipo de operacionalidade, calcada fundamentalmente nos ganhos científico-tecnológicos que podem decidir o destino dos conflitos guerreiros.

Por outro lado, esse sentido conversivo em sua orientação está preso não só à rapidez na consecução do êxito militar, como, também, às imensas dificuldades internas que apresentam desde a extrema dificuldade financeira, com uma dívida interna que está iniciando a geração de desconfiança nos portadores de títulos do tesouro americano que sustentam a própria estabilidade econômica e financeira dos Estados Unidos, ao que se acopla o enfraquecimento do seu sistema previdenciário, diante da insustentabilidade de seus gastos, bem como das resistências que se oferecem ao reconhecimento do poder aquisitivo do dólar internacionalmente, diante do déficit de suas contas externas, motivando, por parte de outros países, o surgimento de novos caminhos e de pressões expressivas para assegurar a estabilidade no relacionamento monetário internacional.

Não é por acaso que a Europa se apressa no sentido de levar a efeito a união monetária, acenando, como consequência da última e recente reunião dos participantes de Maastrich,² para a antecipação do estabelecimento do Euro como moeda do seu interrelacionamento comercial, e projetando sua extensão como moeda de curso internacional para os demais países. Se essas são algumas

variáveis tendenciais que, inevitavelmente, influenciarão o curso dos acontecimentos do estrito ponto de vista econômico-financeiro, não se pode desconsiderar, em seu reflexo, os efeitos psicológicos em outros países, particularmente nos Estados Unidos, que estão começando a afetar a mentalidade, antes sobranceira, de sua gente, que hoje reconhece que outros países os estão sobrepujando no elenco de realizações que antes lhe emprestavam o orgulho nacional.

Deve-se considerar, ainda, que a velocidade e a instantaneidade das comunicações no sentido da globalização da economia mundial, hoje irreversível, vêm beneficiando países que apresentavam maior dinamismo de suas economias, com um retrato relativamente consolidado de estruturas que permitem elevados índices de formação do Produto Interno Bruto. Em termos percentuais, vêm, esses países, superando índices praticamente estacionários de países desenvolvidos, numa corrida que projeta um excedente de capital nas relações internacionais, que passa a preocupar, pela sua mobilidade, a economia mundial. Tal fato distorce fortemente o papel condutor do Estado Político como Estado Nação, pela ação compressora de fortes organizações multinacionais e transnacionais da economia mundial, ao que se soma as ONGs, que ingerem, ostensivamente, em todos os aspectos da vida dos diferentes povos, com arrogância de direitos que afetam soberanias de Estados Nação, à base de defesa de princípios que julgam lícitos e legítimos.

Para os Estados Unidos, a miná-los, ainda, como paradoxo à hegemonia pretendida, estão as profundas resistências que o

2. Apesar de todas as vicissitudes acarretadas pelo processo de formação da União Européia que afetam internamente a Inglaterra e a França, que está a braços

com uma política interna de extrema dificuldade para sua solução.

povo americano apresenta para esse sentido de gendarmeria internacional, face aos desastres refletidos pelo memorial de seus mortos no Vietnã, pelo contravapor recebido em Mogadíscio, pela dificuldade do desembarque de tropas no Haiti, que refletem, para o seu povo, mais do que as operações militares, como medidas insubstituíveis, exigências diplomáticas conjugadas sob o manto da ONU, que podem refletir resultados mais concretos no estabelecimento da paz e do concerto de inúmeros desavisos e conflitos, localizados nas diferentes regiões e países do globo.

Cresce, nos Estados Unidos, o clamor contra aventuras militares que significam, além do sacrifício de vidas, gastos que comprometem o panorama de bem-estar de que antes o seu povo desfrutava e que exige seja reconstituído mesmo com pressões de isolamento a obstaculizar ingerências de sua política externa que afetam o seu *modus vivendi*.

Hoje, desaparecido o temor do fantasma comunista, apesar dos arranhões inexpressivos que, ainda em seu nome, se cometem, desapareceu, também, o filão alimentador da insegurança que permeava o estilo de vida da civilização ocidental, onde a propriedade e a espiritualidade de sua gente, não mais ameaçados, fazem repensar o problema da guerra.

Nesse sentido, deformações viciadas por um processo impositivo de reconhecimento da existência de um novo *Big Brother* comprometem os sentimentos e a materialidade da soberania dos Estados que querem decidir sobre o domínio do seu nicho, levantando resistências de toda ordem a tal desiderato.

Fica afetada, por conseqüência, a pretensão de uma "Nova Ordem Internacional", que se proclamava solidificada após a Guerra

do Golfo e que, diante do quadro mundial que se desenvolve, desenha uma multipolaridade na diversidade de conflitos, resultantes não só de exigências materiais prevalentes, como, também, do ressurgimento de um nacionalismo cultural expressivo. Tais conflitos, com foros de desordem mundial, estão, sobrepostos pela escalada de sentido étnico nacionalista e, também, pela exacerbação do fundamentalismo religioso, à qual não foge sua variante brasileira, e do terrorismo político internacional.

Não bastasse tal quadro, o globo vê-se, hoje, diante de um crescente e ameaçador desemprego, que abrange países desenvolvidos com taxas elevadas, particularmente na Europa, trazendo sinais de ebulição social, fenômeno que se esparge pelos países em desenvolvimento, cuja população, ainda não radicalizada pela tradicionalidade profissional, encontra, embora parcialmente, na economia informal, marginalmente estruturada, seus meios de subsistência. Esse pano de fundo é afetado pela síndrome da violência nos grandes aglomerados urbanos, com acentuação do crime organizado, que tem, no narcotráfico, um coadjuvante insubestimável para o desacerto geral da convivência humana, com o agravamento da patologia social, que vitima praticamente todos os países do globo.

A antiga União Soviética, como pólo da anterior bipolaridade, cedeu à sua desagregação, que continua incontida, onde minorias raciais ensaiam resistências à Rússia, como país líder da Comunidade de Estados Independentes, dentro do calidoscópio de mais de 100 etnias em seu interior que querem respirar o nacionalismo e suas tradições, como sua maneira de viver. Esse quadro se agrava com a difícil situação econômica, herdada dos desmandos do totalitarismo estatista, projetando um acentuado

cenário de efervescência e instabilidade política.

Mesmo no Velho Mundo, onde os acontecimentos indicam o sentido tendencial do pan-europeísmo, dificuldades para a sua concretização emergem por resistências ao desaparecimento da proteção americana, que se entranhou após a Segunda Guerra Mundial e ao ressurgimento de um comando econômico e financeiro da Alemanha, contra o que a soma de resistências, nesse sentido, se expressa nas reuniões entre os diferentes governos europeus, obrigando à correção de medidas unilateralmente tomadas pela Alemanha, em função de seu exclusivo interesse.

O pan-europeísmo transcende de sua visão regional do antigamente, para plasmar-se numa rede profundamente complexa de interdependência, a que querem se associar os diferentes países de seu continente, apesar da grande assimetria entre eles existente e que tem sido lentamente corrigida, embora não linearmente, mas com tendência inequívoca para a consolidação do objetivo, estabelecido em suas conferências, de unificação européia.

A Ásia vive, em concomitância com um profundo processo de ampliação educacional e de fortalecimento de higidez de seus povos, um período de ascenso, que repousa na construção de uma estrutura econômica onde a liderança vem sendo exercida pelo Japão, que expande seus interesses, fundamentalmente no continente, com particularidade na China continental, a nova menina dos olhos da economia de mercado, face ao resgate que sua política está promovendo, com relação à pobreza de sua população, onde já desponta uma formação de classe média econômica, em rápido crescimento e que supera a casa de 150 milhões de pessoas.

Aos investimentos japoneses, na Ásia,

soma-se uma teia de inversões entre os diferentes países que compõe os Tigres Asiáticos-Taiwan, Hong-Kong, Cingapura e Coréia do Sul, a que aderem, com uma expansão veloz em suas economias, Tailândia, Malásia, Indonésia e, agora, Brunei e o Vietnã, considerados, estes, já os Novos Tigres.

Especificamente, cabe uma consideração sobre a China Popular, que desponta, em termos de poder paritário de aquisição, como a terceira economia mundial na mensuração de nova metodologia de Produto Interno Bruto, ameaçando, bem de perto, a segunda posição ostentada pelo Japão. A China tem sido, por excelência, o maior receptáculo de recursos financeiros mundiais, diante do quadro tendencial, inevitável, de expansão de sua economia interna, à base do alcance — como seu mercado — de toda uma população que, ainda excluída, se incorpora *pari-pássu* ao processo econômico, gerando gigantescas inversões de capital, cujas aplicações refletem ser, a China atual, o maior canteiro de obras do mundo.

Importante, ainda, para ser considerado, é a grande atenção que se dá ao interrelacionamento de todas as diferentes economias do sudeste asiático que têm, na Asian, o seu organismo coordenador que, em conjunto com os demais países, componentes da orla do Pacífico, trabalham no sentido da solidificação de um sistema mais abrangente de comércio de produtos e serviços, através da APEC.³ Essa organização envolverá todos os demais países do outro lado do oceano, onde sobressaem Estados Unidos, Canadá, México e Chile, embora existam resistências que serão vencidas diante da monumentalidade do mercado asiático.

3. *Asian Pacific Economic Community.*

É necessário considerar, também, o estreitamento de relações que se estão estabelecendo com os demais países do sul da Ásia, onde a Índia e seus fronteiriços intensificam relações comerciais, que se espargem pelos demais países onde, também, desponta a Austrália, cujo relacionamento com o Japão e, agora, com a China, especificamente, cresce, formando uma rede de interdependência de produtos e de serviços que indicam a consolidação de um novo mercado.

No continente americano, onde são gritantes as assimetrias econômicas, assiste-se a um panorama de pobreza latente que envolve a latino-americanidade, cujo conserto exige um equacionamento de políticas e estratégias que devem contar com a colaboração dos dois países mais desenvolvidos do hemisfério, sem subjugação, num quadro de interesses mútuos compreendidos pela economia de mercado, com princípios de programas e de planejamento destinados a resgatar da pobreza a maioria de sua população. Tal fenômeno apresenta urgência para certos bolsões, no México, no Caribe e em outros países da América Central e do Sul, a que o Brasil também não escapa.

No continente americano, duas grandes macrorregiões se fortalecem, sem linearidade, em seu próprio relacionamento interno, como o Nafta, envolvendo Estados Unidos, Canadá e México, e o Mercosul, compreendendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, dois mercados para o qual acena o Chile, também com perspectivas de integração. Desenvolve-se, também, indicando uma marcha tendencial de unificação, a estruturação de um Merconorte, compreendendo a Venezuela e os demais países do norte do hemisfério sul, na borda do Pacífico, o que aponta, como visão de futuro, para uma estrutura que já tem organismos atuantes para

sua sustentação, como condição capaz de promover o equacionamento total da integração do continente americano.

No Oriente Médio, a neutralização do Iraque, e as resistências internas ao sentido ofensivo dos fundamentalistas iranianos em seu país, permitiram o esmaecimento da instabilidade e das tensões nessa área do mundo, proporcionando progressos nas negociações de paz, envolvendo Israel e Jordânia, com o caminho traçado para o mesmo desfecho com relação à Síria e demais países da área, cuja precedência, nesse sentido, coube ao Tratado de Amizade entre Egito e Israel. Inicia-se, nessa área, apesar de um estado fortemente residual de desconfiança, sedimentado por ódios não desfeitos, os primeiros laços de um relacionamento econômico com programas de enfrentamento de problemas comuns destinados a prover segurança e bem-estar aos seus povos.

A África, com exceção dos bolsões de riqueza da África do Sul e de enclaves estrangeiros dentro de seu continente, apresenta-se como resultado do fracionamento de suas nações, devido a interesses do colonialismo, como uma caldeira de conflitos étnico-tribais, que não conseguem encontrar o denominador comum de seus interesses, cujo vetor é a emancipação político-econômica, especialmente na África Sub-Saariana, onde os índices de miséria e pobreza indicam um quadro sem perspectivas de equacionamento de uma saída para tal situação. Encontram-se comprometidos por tal quadro os esforços desenvolvidos pelos países pertencentes ao cone sul do continente africano, que chegaram a programar o equacionamento conjunto do desenvolvimento de suas economias, que, até hoje, não vingou, com repercussões desastrosas sobre o estado educacional e de

saúde que afeta praticamente, também, todo o continente africano.

SITUAÇÃO NACIONAL

A preocupação essencial, refletida nos objetivos atuais do governo, prende-se à luta ingente pela estabilização. Esta tem seu fundamento radicado no conserto da economia, cuja deformação, pelos exageros de sentido paternalista na sua condução pela ação do Estado, deixou um resíduo de resistências profundamente entranhado na consciência da população, que dificulta o processo de normalização da economia.

O grande vilão, nesse sentido, é a permanente ameaça de recrudescimento da inflação, com todos os males da ilegitimidade e da ilicitude do comportamento, não só dos agentes econômicos como também dos investidos de autoridade pública, o que exige do governo um gigantesco esforço, de acentuada pertinácia, para dirimir obstáculos que se apresentam na viciosidade da ação econômica, nas diferentes esferas governamentais, na representação política das casas parlamentares e nos estamentos de sentido corporativo, que se antepõem às medidas de racionalidade na economia.

É marcante toda sorte de arranjos proteladores, dentro do quadro da democracia representativa, que se deseja mantida, para a postergação de reformas urgentes que possam levar a economia ao leito de sua estabilidade, como a reforma administrativa, fiscal-tributária, previdenciária, no âmbito propriamente econômico, e pelas reformas do judiciário e da própria organização política do Estado, capazes de sedimentar o desenvolvimento e a segurança do país.

Na particularização da economia, as

medidas projetadas para o seu equilíbrio, compreendendo um mais elevado índice de emprego, o válido equacionamento da oferta e da procura de bens e serviços e, com especialidade, o equilíbrio da oferta e da procura monetárias, revelam uma preocupação da complexidade sistêmica que o governo enfrenta para o alcance da desejada estabilidade.

Em seu bojo está a redução da taxa de juros, internamente, capaz de diminuir os custos operacionais na esfera produtiva, cujos reflexos se esparramam, com a redução da taxa de inflação, por todo tecido da economia nacional, estimulando o consumo, ampliando a capacidade de importação, permitindo a redução de custos portuários para expandir a exportação competitiva, necessária para o sólido equilíbrio das contas externas dentro da nova figura de ampliação de laços de interdependência econômica mundial e, com maior densidade, os agora trazidos pela participação do país no Mercosul.

Tal situação tem, na política de privatização, apesar de todas as suas vicissitudes, um coadjuvante essencial para o estímulo da competição que, envolvendo dispositivos de maiores coeficientes científico-tecnológicos, poderão corroborar para a diminuição dos custos da produção trazendo, como contrapartida, reduções de preços que possam estimular o consumo e contrabalançar, por esse aumento, a ocorrência de desemprego surgido, pela inserção de mecanismos substituidores da mão-de-obra.

São consideráveis as estimativas de aumento dos investimentos externos que se processarão com um ritmo mais acentuado de sua realização. Anima-os não só o quadro político favorável, como, também, a incorporação ao mercado de grandes massas antes

excluídas do processo econômico e, hoje, excitadas pelos efeitos da comunicação. É visível a tendência para uma maior propensão a consumir, no seio da população, embora restrições de renda sejam um obstáculo que deve ser transposto com o processo de estabilização da economia, cujo caminho, confirmando a experiência histórica, apresenta, inicialmente, enormes dificuldades.

Os passos estruturais para vencê-las repousam na redefinição do papel do Banco Central, que deve exercê-lo como guardião da segurança implícita do valor da moeda, elemento fundamental da estabilidade e do equilíbrio econômicos, o que implica a questão de sua independência e de sua sobreposição a todas as pressões políticas que contra o seu papel são exercidas.

Ainda no quadro das reformas estruturais da economia, ressalta o equacionamento da previdência social, que está sendo vitimada pela ampliação dos favores e benefícios concedidos sem ter, em contrapartida, a base contributiva correspondente. Tal situação está ensaiando a adoção e expansão do regime de capitalização da previdência social pela ampliação do tempo de contribuição e dilatação da aposentadoria por tempo de serviço. Nesse contexto, estão as considerações relativas ao limite etário para a aposentadoria, bem como a extinção de aposentadorias especiais em concomitância com o aumento dos níveis da captação das receitas pela criação de uma previdência complementar privada, comum e universalizada, e pela extinção da corrupção, indispensável à melhoria geral do sistema.

Envolvendo a perspectiva da energia e do transporte, apresenta-se a retomada da construção de usinas de geração de energia elétrica, compreendendo, também, pequenas centrais hidroelétricas de aproveitamento de

potencialidades locais e regionais, para atender à demanda crescente que acompanha o desenvolvimento da atividade econômica do País. É relevante a participação do capital privado nesse tipo de investimento, com a outorga de concessões pelo Estado, que deve regular e controlar o aumento da oferta de energia dentro de um programa de prioridades diante das pressões do consumo.

O quadro do relacionamento energia e transportes está revelando a tendência para o atendimento integral da demanda por combustíveis líquidos e pelo aumento do consumo do gás para veículos de combustão interna, no equacionamento devido da relação carga-consumo, pela integralidade do transporte modal através do melhor aproveitamento fluvial, da cabotagem, das ferrovias, das rodovias e dos dutos de transporte específico.

Na área política, a reforma do Estado está apontando para a necessidade da criação do voto distrital misto, com mutação do critério de representatividade dos Estados na Câmara Federal e no Senado, em concomitância com a informatização do processo eleitoral. Aponta, ainda, para a necessidade de aprovação da lei de fidelidade partidária e observância dos princípios e programas apresentados pelos diferentes partidos, cujo número, por consequência, deve ser reduzido.

Ainda na área política, a reforma do judiciário, embora com resistências, caminha para a sua implantação, devido a pressões contra a morosidade das decisões, levantando a problemática do controle externo do judiciário, por corregedoria especial, bem como a adoção do princípio de vinculação nas decisões judiciais para agilizá-las. Ao seu lado, caminha, também, o processo de informatização, hoje indispensável para

acelerar a solução de um gigantesco número de processos, que torna impossível, por tratamento clássico, obter sua ultimação.

No complexo da saúde e da educação, apresentam-se ganhos relativos no combate à morbidade, por ampliação de investimentos no saneamento básico, resultando na diminuição da taxa de mortalidade infantil, com a redução de doenças infectocontagiosas e combate a carências nutritivas à criança e à gestante. Ao seu lado, está a intensificação das ações antiepidemiológicas e da redução das cáries na população de baixa renda. Esse processo, acompanhado pela pressão do controle dos recursos destinados à saúde pelas autoridades responsáveis, está apresentando, como conseqüência, o aumento da expectativa de vida da população. O SUS indica o aumento da qualificação em seu gerenciamento e o sistema da saúde está vivendo um processo de fortalecimento, pela concentração na ampliação da formação dos seus recursos humanos.

Quando à educação, os traços indicam a valorização do ensino básico, médio e do ensino médio profissionalizante, utilizando, também, os recursos de sua difusão a distância, simultaneamente à expansão do incremento da parceria universidade/empresa. Os objetivos da política educacional voltam-se, também, para a redução da evasão escolar, através de técnicas de ensino cativas, com utilização de dispositivos pedagógicos e didáticos modernos, complementados pela assistência alimentar. A melhoria do sistema educacional, além da reforma de sua estrutura, apresenta a necessidade da qualificação dos profissionais em seu sistema administrativo, bem como dos professores pela constante atualização e reciclagem.

Quanto à ciência e tecnologia, evoluem os ganhos da pesquisa científica nos dife-

rentes campos do conhecimento, especificamente quanto à miniaturização. Sua ampliação e profundidade avançam, com uma dinâmica pronunciada nas áreas da biologia, da física dos sólidos, da química dos materiais e da eletrônica, nos campos universitários e laboratórios especializados. Eleva-se o número de cientistas e pesquisadores dedicados a essas áreas, que estão permitindo maior domínio de aspectos da biodiversidade na universalidade dos recursos de nosso território, bem como de novas implementações tecnológicas para a construção de satélites de sensoriamento remoto, e seus veículos lançadores, vencendo restrições e coações anteriormente impostas por países com o domínio de tecnologias sensíveis.

Na expressão militar, opera-se a modernização de seu equipamento, apesar das restrições financeiras impostas pelo seu orçamento e a crise gerada com o projeto Sipam-Sivam, onde não falta o dedo da vindita motivada pela incompetência competitiva, e evolui o Projeto Especial Brasileiro, tendo em vista cobrir, com segurança e indicações de desenvolvimento, o nosso país. Particularmente, é a Amazônia, com seus problemas relativos ao narcotráfico, à garimpagem a às reservas indígenas, o alvo preferido para as manifestações de ingerência em nossa soberania, onde se conjugam, em vingança, interesses econômicos espúrios, com a ação de organizações não-governamentais, as ONGs, que se prestam à defesa da internacionalização da Amazônia. A Marinha avança com a planta experimental de propulsão do submarino nuclear e com o programa de desenvolvimento de tecnologias sensíveis, ampliando seu quadro de cientistas e pesquisadores, como, também, o fazem o Exército e a Aeronáutica. Em um trabalho

conjunto, Exército e Aeronáutica aprimoram a técnica de lançadores balísticos e aperfeiçoam a pesquisa, no sentido da instrumentação da guerra eletroeletrônica com a incorporação de dispositivos ultramodernos em suas forças. Melhoram os recursos humanos das três Forças, embora se reconheça a necessidade de aperfeiçoamento da seleção dos seus quadros na conscrição.

Embora estejam traçadas as linhas

tendências que se aproximam da análise conjuntural, em face da pequena dilatação do espaço temporal da prospectiva, o cenário apresentado presta-se para quantificações alternativas de recorrência, certamente com estabelecimento de taxas de evolução conservadoras, diante do regime de acionamento de suas estruturas que progridem, sem saltos espetaculares, na composição do sistema de segurança e desenvolvimento nacionais. □

NOTA DA REDAÇÃO — Matéria recebida no decorrer de 1995. A apreciação dos cenários, tanto internacional como nacional, pelo leitor, deve ajustar-se a novos dados surgidos, característicos da velocidade com que se processam as mutações da conjuntura em nossos dias.



A DEFESA NACIONAL



Faça agora o seu pedido de assinatura e receba em seu endereço os quatro números anuais da Revista *A Defesa Nacional* para 1996

Valor da assinatura anual: R\$ 15,00

NOME

MILITAR



Ativa



Reserva

Organização Militar (OM)

CIVIL

Profissão

ENDEREÇO:

Rua

Complemento

Bairro

Cidade

UF

CEP

Remeta cheque ou vale postal no valor da assinatura anual em nome de *A Defesa Nacional*, constando no verso sua finalidade.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Praça Duque de Caxias

Palácio Duque de Caxias, 25 - Ala Marçilo Dias - 3º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260

REPASSE DE RECURSOS DIRETO PARA AS ESCOLAS

O Ministério da Educação e do Desporto está incentivando a participação cada vez maior da comunidade na vida das escolas públicas. Com este objetivo, no ano passado, o Ministro Paulo Renato Souza lançou o programa de repasse direto de recursos. O programa permite que os recursos do salário educação sejam depositados diretamente na conta bancária da escola que tem Associação de Pais e Mestres, Conselho ou Caixa Escolar.

Com isso, o MEC eliminou intermediários, acabou com a demora nos repasses da Prefeitura ou da Secretaria Estadual de Educação. Cada escola recebe um valor proporcional ao número de alunos e à região onde está localizada.

O menor valor é de R\$ 500 para as escolas de até 50 alunos nas regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal. O maior pode chegar até R\$ 15 mil, nas escolas com mais de dois mil alunos, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O repasse é feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, através de convênios com Prefeituras e Secretarias de Educação. Mais de 27 milhões de alunos estão sendo beneficiados.

Para receber os recursos, as escolas precisam ter unidades gestoras como um Conselho Escolar, uma Caixa Escolar ou Associação de Pais e Mestres. As escolas que não têm algumas dessas entidades ou estão localizadas em regiões carentes, onde não há agências ban-

cárias, o repasse é feito para as Secretarias de Educação ou Prefeituras Municipais. Quem deseja organizar uma unidade gestora na sua escola deve procurar orientações nas Delegacias do MEC nos Estados.

As unidades gestoras devem acompanhar e analisar como a escola está gastando o dinheiro que o FNDE repassa para os gastos de manutenção. Para assegurar o controle dos recursos, o MEC divulga, diariamente, a relação dos municípios que estão recebendo a verba da escola. Assim, qualquer pessoa pode ajudar o governo a fiscalizar se o dinheiro está chegando mesmo à escola. As listas das escolas beneficiadas e do valor liberado fica exposta, também, nas agências dos Correios.

Livro Didático e Merenda Escolar

O repasse direto de recursos para as escolas abriu caminho para outros programas. Desde o ano passado, a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE vem desenvolvendo um projeto-piloto de repasse de verbas para a compra do livro didático. A experiência abrange o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Nesses Estados, cerca de 10 escolas receberam diretamente da FAE, os recursos para a aquisição dos livros didáticos deste ano. O dinheiro foi repassado, também, para as Associações de Pais e Menores, Caixa ou Conselho Escolar. A FAE, investiu R\$ 911 mil para a execução do projeto.

As escolas que não participam da experiência recebem os livros didáticos diretamente da FAE. Os processos de aquisição

e distribuição estão descentralizados apenas nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, as Secretarias de Educação escolhem e negociam a aquisição, mas a compra e a entrega são realizadas pela FAE.

No caso de merenda escolar, a FAE trabalha num programa de escolarização, que permite o repasse dos recursos diretamente para as escolas que têm unidade gestora. A experiência vem sendo desenvolvida há um ano em alguns Estados. É o caso de Goiás, Minas Gerais e Maranhão. Além disso, diversos municípios têm manifestado interesse pelo repasse direto.

O programa de alimentação escolar já é totalmente descentralizado. A FAE repassa os recursos para as Prefeituras e Secretarias de Educação, que se responsabilizam pela compra e distribuição dos gêneros para as escolas.